

# SUMÁRIO

## TOMO II

CAPÍTULO XIII – Da função correcional; das disposições gerais; dos livros e classificadores obrigatórios e dos emolumentos, custas e despesas das unidades dos serviços notariais e de registro.....	1
SEÇÃO I – Da função correcional.....	1
SEÇÃO II – Das disposições gerais.....	2
SEÇÃO III – Dos livros e classificadores obrigatórios.....	5
SUBSEÇÃO I – Dos livros obrigatórios.....	5
SUBSEÇÃO II – Dos classificadores obrigatórios.....	9
SEÇÃO IV – Dos emolumentos e despesas dos notários e registradores.....	9
SUBSEÇÃO I – Das disposições gerais.....	9
SUBSEÇÃO II – Das consultas, reclamações e recursos sobre emolumentos e despesas das unidades do serviço notarial e de registro.....	11
SEÇÃO V – Do atendimento ao público.....	12
SEÇÃO VI – Da formação dos arquivos de segurança (backups) das serventias extrajudiciais.....	13
SEÇÃO VII – Da conciliação e da mediação.....	14
SUBSEÇÃO I – Das regras gerais.....	14
SUBSEÇÃO II – Das partes.....	18
SUBSEÇÃO III – Do objeto.....	18
SUBSEÇÃO IV – Do requerimento.....	19
SUBSEÇÃO V – Das sessões.....	20
SUBSEÇÃO VI – Dos livros.....	21
SUBSEÇÃO VII – Dos emolumentos.....	24
SUBSEÇÃO VIII – Das disposições finais.....	24
Seção VIII – Do tratamento e proteção dos dados pessoais.....	24

CAPÍTULO XIV – Do pessoal dos serviços extrajudiciais.....	31
SEÇÃO I – Das disposições gerais.....	31
SEÇÃO II – Dos notários e oficiais de registro.....	31
SUBSEÇÃO I – Da outorga, da investidura, do exercício .....	31
SUBSEÇÃO II – Da substituição do titular nos casos de ausências e impedimentos circunstanciais.....	31
SUBSEÇÃO III – Da extinção e vacância da delegação e da designação de responsável pelo expediente vago.....	32
SEÇÃO III – Dos prepostos .....	35
SEÇÃO IV – Dos afastamentos e dos salários .....	36
SEÇÃO V – Do regime disciplinar .....	36
SUBSEÇÃO I – Das penas.....	37
SUBSEÇÃO II – Da reabilitação .....	38
SUBSEÇÃO III – Da revisão .....	38
CAPÍTULO XV – Do tabelionato de protestos .....	38
SEÇÃO I – Das disposições gerais .....	38
SEÇÃO II – Da ordem dos serviços em geral .....	39
SEÇÃO III – Da recepção e da protocolização dos títulos .....	41
SEÇÃO IV – Do prazo.....	45
SEÇÃO V – Da intimação.....	46
SEÇÃO VI – Da desistência e da sustação do protesto.....	48
SEÇÃO VII – Do pagamento.....	50
SEÇÃO VIII – Do protesto de títulos e outros documentos de dívida .....	52
SEÇÃO IX – Dos livros e arquivos .....	54
SUBSEÇÃO I – Das disposições gerais.....	54
SUBSEÇÃO II – Dos livros.....	55
SUBSEÇÃO III – Dos arquivos nos tabelionatos de protesto .....	55
SEÇÃO X – Das retificações, cancelamentos e averbações .....	56
SUBSEÇÃO I – Das retificações .....	56
SUBSEÇÃO II – Do cancelamento do protesto .....	56
SEÇÃO XI – Das informações e certidões.....	57
SUBSEÇÃO I – Disposições gerais.....	57

SUBSEÇÃO II – Das certidões.....	58
SUBSEÇÃO III – Dos serviços de informações sobre protestos.....	59
SEÇÃO XII – Dos serviços eletrônicos compartilhados.....	59
SUBSEÇÃO I – Disposições gerais.....	59
SUBSEÇÃO II – Da CIP (Central de Informações de Protesto).....	60
SUBSEÇÃO III – Da CRA (Central de Remessa de Arquivos).....	61
SUBSEÇÃO IV – Da CERTPROT (Central de Certidões de Protesto).....	62
SUBSEÇÃO V – Das disposições finais.....	63
SEÇÃO XIII – Das medidas de incentivo à quitação ou renegociação de dívidas protestadas.....	63
SUBSEÇÃO I – Disposições gerais.....	63
SUBSEÇÃO II – Procedimento de incentivo à quitação ou renegociação de dívidas protestadas.....	64
CAPÍTULO XVI – Do tabelionato de notas.....	66
SEÇÃO I – Do tabelião de notas.....	66
SEÇÃO II – Dos livros e do arquivo.....	68
SUBSEÇÃO I – Dos livros de notas.....	68
SUBSEÇÃO II – Dos arquivos, pastas e classificadores.....	69
SEÇÃO III – Dos impressos de segurança.....	70
SUBSEÇÃO I – Do papel de segurança, do selo de autenticidade, das etiquetas do cartão de assinatura e cartão para apostila.....	70
SUBSEÇÃO II – Da contratação de fornecedores.....	71
SEÇÃO IV – Da lavratura dos atos notariais.....	72
SUBSEÇÃO I – Disposições gerais.....	72
SUBSEÇÃO II – Escrituração.....	73
SEÇÃO V – Das escrituras públicas.....	76
SUBSEÇÃO I – Das escrituras relativas a bens imóveis.....	76
SUBSEÇÃO II – Dos imóveis rurais.....	78
SUBSEÇÃO III – Das escrituras de separação, divórcio, inventário e partilha.....	81
SUBSEÇÃO IV – Disposições comuns a separação e divórcio consensuais...	82
SUBSEÇÃO V – Disposições referentes à separação consensual.....	83

SUBSEÇÃO VI – Disposições referentes ao divórcio consensual .....	84
SUBSEÇÃO VII – Disposições referentes ao inventário .....	84
SUBSEÇÃO VIII – Procuраções .....	87
SUBSEÇÃO IX – Atas notariais .....	88
SUBSEÇÃO X – Testamento cerrado .....	89
SEÇÃO VI – Traslados e certidões .....	90
SEÇÃO VII – Do sinal público .....	90
SEÇÃO VIII – Das centrais de escrituras públicas .....	91
SUBSEÇÃO I – Do Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO) .....	91
SUBSEÇÃO II – Da Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI) .....	91
SUBSEÇÃO III – Da Central de Escrituras e Procuраções (CEP) .....	92
SEÇÃO IX – Cópias e autenticações .....	92
SEÇÃO X – Reconhecimento de firmas .....	94
SEÇÃO XI – Dos serviços notariais eletrônicos .....	95
SUBSEÇÃO I – Das disposições gerais .....	95
SUBSEÇÃO II – Das certidões e traslados notariais digitais .....	96
SUBSEÇÃO III – Da materialização e desmaterialização dos documentos....	97
SEÇÃO XII – Das cartas de sentença notariais .....	97
CAPÍTULO XVII – Do registro civil das pessoas naturais .....	99
SEÇÃO I – Das disposições gerais .....	99
SUBSEÇÃO I – Da compensação pelos atos gratuitos .....	100
SUBSEÇÃO II – Dos atos notariais .....	100
SUBSEÇÃO III – Instituição, Gestão e Operação da Central de Informações do Registro Civil (CRC) .....	100
SUBSEÇÃO IV – Do expediente ao público .....	103
SEÇÃO II – Da escrituração e ordem de serviço .....	103
SEÇÃO III – Do nascimento .....	108
SUBSEÇÃO I – Do nascimento decorrente de reprodução assistida .....	112
SUBSEÇÃO II – Do assento de nascimento do indígena no registro civil das pessoas naturais .....	112
SEÇÃO IV – Da publicidade .....	114

SEÇÃO V – Do registro civil fora do prazo .....	116
SEÇÃO VI – Do casamento .....	117
SUBSEÇÃO I – Da habilitação para o casamento .....	117
SUBSEÇÃO II – Da celebração do casamento .....	120
SUBSEÇÃO III – Do registro do casamento religioso para efeitos civis.....	121
SUBSEÇÃO IV – Da conversão da união estável em casamento .....	121
SUBSEÇÃO V – Do casamento ou conversão da união estável em casamen- to de pessoas do mesmo sexo .....	122
SUBSEÇÃO VI – Do casamento urgente no caso de moléstia grave.....	122
SUBSEÇÃO VII – Do casamento em iminente risco de vida ou nuncupativo...	122
SUBSEÇÃO VIII – Dos casamentos comunitários .....	123
SEÇÃO VII – Do óbito .....	123
SUBSEÇÃO I – Das disposições gerais.....	123
SUBSEÇÃO II – Do assento de óbito de pessoa desconhecida e da utiliza- ção do cadáver para estudos e pesquisas.....	125
SUBSEÇÃO III – Da morte presumida.....	126
SUBSEÇÃO IV – Da declaração de óbito anotada pelo serviço funerário .....	126
SEÇÃO VIII – Da emancipação, da interdição, da ausência, da morte presu- mida, da união estável e da adoção .....	127
SUBSEÇÃO I – Da emancipação .....	127
SUBSEÇÃO II – Da interdição .....	128
SUBSEÇÃO III – Da ausência.....	128
SUBSEÇÃO IV – Da morte presumida .....	128
SUBSEÇÃO V – Da união estável.....	128
SUBSEÇÃO VI – Da adoção .....	129
SEÇÃO IX – Das averbações em geral e específicas .....	129
SEÇÃO X – Das anotações em geral e específicas .....	132
SEÇÃO XI – Das retificações, restaurações e suprimentos.....	133
SEÇÃO XII – Da autenticação de livros comerciais.....	134
SEÇÃO XIII – Traslados de assentos lavrados em país estrangeiro.....	136
SEÇÃO XIV – Do papel de segurança para certidões .....	143
CAPÍTULO XVIII – Do registro civil das pessoas jurídicas.....	144

SEÇÃO I – Atribuições.....	144
SEÇÃO II – Escrituração.....	144
SEÇÃO III – Ordem dos serviços.....	146
SEÇÃO IV – Registro de atos constitutivos e de filiais.....	146
SEÇÃO V – Averbações e cancelamentos.....	148
SEÇÃO VI – Certidões.....	150
SEÇÃO VII – Matrículas.....	151
SEÇÃO VIII – Do registro e autenticação dos livros contábeis de pessoas jurídicas.....	152
SEÇÃO IX – Da adesão à central nacional de indisponibilidade de bens e dos deveres correspondentes.....	153
SEÇÃO X – Da central de serviços eletrônicos compartilhados de registro civil das pessoas jurídicas.....	155
CAPÍTULO XIX – Do registro de títulos e documentos.....	156
SEÇÃO I – Atribuições.....	156
SEÇÃO II – Registro para fins de publicidade e eficácia em relação a terceiros.....	156
SEÇÃO III – Registro exclusivamente para fins de conservação.....	158
SEÇÃO IV – Escrituração.....	160
SEÇÃO V – Ordem dos serviços.....	163
SEÇÃO VI – Notificação em geral.....	165
SEÇÃO VII – Notificação pessoal.....	167
SEÇÃO VIII – Notificação por via postal.....	167
SEÇÃO IX – Notificação por edital.....	167
SEÇÃO X – Averbações e cancelamento.....	167
SEÇÃO XI – Central de serviços eletrônicos compartilhados de registro de títulos e documentos.....	168
SEÇÃO XII – Certidões.....	172
SEÇÃO XIII – Da autenticação de microfimes.....	173
CAPÍTULO XX – Do registro de imóveis.....	174
SEÇÃO I – Das disposições gerais.....	174
SEÇÃO II – Das atribuições.....	174

SEÇÃO III – Dos livros, sua escrituração e processo do registro.....	179
SUBSEÇÃO I – Disposições gerais.....	179
SUBSEÇÃO II – Do livro de recepção de títulos .....	180
SUBSEÇÃO III – Do Livro nº 1 – Protocolo .....	181
SUBSEÇÃO IV – Livro nº 2 – Registro geral.....	188
SUBSEÇÃO V – Livro nº 3 – Registro auxiliar .....	195
SUBSEÇÃO VI – Livro nº 4 – Indicador real.....	197
SUBSEÇÃO VII – Livro nº 5 – Indicador pessoal.....	197
SUBSEÇÃO VIII – Do livro de registro de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros .....	197
SEÇÃO IV – Das pessoas, dos títulos, das averbações e das retificações do registro .....	199
SUBSEÇÃO I – Das pessoas .....	199
SUBSEÇÃO II – Dos títulos.....	199
SUBSEÇÃO III – Das averbações.....	202
SUBSEÇÃO IV – Das retificações do registro.....	206
SEÇÃO V – Dos classificadores do registro de imóveis.....	211
SEÇÃO VI – Das certidões .....	212
SUBSEÇÃO I – Das certidões imobiliárias na capital, via telemática.....	214
SEÇÃO VII – Dos loteamentos de imóveis urbanos e rurais .....	214
SUBSEÇÃO I – Disposições gerais.....	214
SUBSEÇÃO II – Dos conjuntos habitacionais.....	215
SUBSEÇÃO III – Do processo e registro .....	218
SUBSEÇÃO IV – Das intimações e do cancelamento.....	223
SUBSEÇÃO V – Dos depósitos nos loteamentos urbanos irregulares.....	225
SEÇÃO VIII – Das incorporações.....	226
SUBSEÇÃO I – Das disposições gerais.....	226
SEÇÃO IX – Da alienação fiduciária de bens imóveis.....	230
SUBSEÇÃO I – Das disposições gerais.....	230
SUBSEÇÃO II – Das intimações e da consolidação da propriedade fiduciária .....	232
SUBSEÇÃO III – Da cédula de crédito imobiliário.....	235

SEÇÃO X – Do registro da REURB .....	237
SUBSEÇÃO I – Das disposições gerais.....	237
SUBSEÇÃO II – Da competência para o registro .....	237
SUBSEÇÃO III – Da legitimidade para requerer o registro.....	237
SUBSEÇÃO IV – Dos documentos a serem apresentados e sua qualificação .....	238
SUBSEÇÃO V – Do procedimento.....	242
SUBSEÇÃO VI – Do registro.....	245
SUBSEÇÃO VII – Dos efeitos do registro .....	246
SUBSEÇÃO VIII – Da titulação em REURB .....	246
SUBSEÇÃO IX – Da demarcação urbanística .....	249
SUBSEÇÃO X – Da especialização de fração ideal.....	249
SUBSEÇÃO XI – Da abertura de matrícula de imóvel público.....	250
SUBSEÇÃO XII – Das disposições finais e transitórias .....	251
SEÇÃO XI – Do Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) .....	253
SUBSEÇÃO I – Das disposições gerais.....	253
SUBSEÇÃO II – Do ofício eletrônico.....	253
SUBSEÇÃO III – Da penhora eletrônica de imóveis (penhora online).....	255
SUB SUBSEÇÃO I – Das comunicações eletrônicas da penhora, do arresto, da conversão do arresto em penhora e do sequestro .....	255
SUB SUBSEÇÃO II – Da pesquisa e da certidão eletrônica de imóveis .....	257
SUBSEÇÃO IV – Da certidão digital.....	257
SUBSEÇÃO V – Da matrícula online.....	258
SUBSEÇÃO VI – Da pesquisa eletrônica .....	258
SUBSEÇÃO VII – Do Protocolo Eletrônico de Títulos (E-Protocolo) .....	258
SUBSEÇÃO VIII – Do Repositório Confiável de Documento Eletrônico (RCDE).....	260
SUBSEÇÃO IX – Do acompanhamento online do procedimento registral ...	260
SUBSEÇÃO X – Do monitor registral .....	261
SUBSEÇÃO XI – Da gestão de dados e documentos eletrônicos.....	261
SUBSEÇÃO XII – Da correição online.....	262
SUBSEÇÃO XIII – Do cadastro de regularização fundiária urbana.....	263



SUBSEÇÃO XIV – Do cadastro de regularização fundiária rural .....	263
SUBSEÇÃO XV – Da central de indisponibilidade de bens .....	263
SUBSEÇÃO XVI – Das informações estatísticas .....	265
SEÇÃO XII – Da usucapião extrajudicial .....	266
SEÇÃO XIII – Dos novos institutos urbanísticos.....	278
SUBSEÇÃO I – Do direito de laje .....	278
SUBSEÇÃO II – Do condomínio de lotes.....	279
SUBSEÇÃO III – Do condomínio urbano simples.....	280
SEÇÃO XIV – Das averbações de cancelamento online (cancelamento online) .....	281
SEÇÃO XV – Da multipropriedade .....	281
<b>LEI Nº 10.705, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000.....</b>	<b>283</b>
CAPÍTULO I – Da incidência .....	283
CAPÍTULO II – Das isenções .....	284
CAPÍTULO III – Dos contribuintes e responsáveis.....	285
CAPÍTULO IV – Da base de cálculo .....	285
CAPÍTULO V – Da alíquota.....	286
CAPÍTULO VI – Do recolhimento do imposto.....	287
CAPÍTULO VII – Das penalidades .....	287
CAPÍTULO VIII – Da administração tributária .....	288
CAPÍTULO IX – Das disposições finais .....	289
<b>LEI Nº 11.331, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002.....</b>	<b>289</b>
Do fato gerador.....	289
Dos contribuintes e responsáveis .....	290
Da base de cálculo .....	290
Da isenção e da gratuidade.....	290
Do recolhimento.....	291
Da distribuição dos recursos.....	292
Da compensação dos atos gratuitos e da complementação da receita mínima das serventias deficitárias.....	293

Da consulta e das reclamações .....	294
Defesa da cidadania, para acompanhamento e aprimoramento da legislação relativa aos emolumentos .....	294
Da fiscalização judiciária .....	294
Da fiscalização tributária.....	295
Das disposições gerais.....	295
Das disposições finais .....	295
Disposição transitória .....	296
<b>LEI Nº 13.296, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.....</b>	<b>296</b>
SEÇÃO I – Disposições preliminares .....	296
SEÇÃO II – Do fato gerador.....	296
SEÇÃO III – Do contribuinte e do responsável.....	297
SEÇÃO IV – Da base de cálculo do imposto .....	298
SEÇÃO V – Das alíquotas .....	299
SEÇÃO VI – Do cálculo do imposto .....	300
SEÇÃO VII – Da imunidade, da isenção e da dispensa do pagamento do imposto.....	300
SEÇÃO VIII – Do lançamento do imposto.....	301
SEÇÃO IX – Do recolhimento do imposto.....	302
SEÇÃO X – Dos acréscimos moratórios e dos juros .....	303
SEÇÃO XI – Do cadastro de contribuintes do ipva.....	304
SEÇÃO XII – Das obrigações acessórias.....	304
SEÇÃO XIII – Das penalidades .....	305
SEÇÃO XIV – Da repartição da receita.....	305
SEÇÃO XV – Do procedimento administrativo tributário.....	306
SEÇÃO XVI – Das disposições finais.....	306
SEÇÃO XVII – Disposições transitórias .....	308
<b>LEI Nº 14.016, DE 12 DE ABRIL DE 2010.....</b>	<b>308</b>
Disposições transitórias.....	316
<b>LEI Nº 16.877, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.....</b>	<b>317</b>
CAPÍTULO I – Disposições preliminares .....	317

CAPÍTULO II – Das carteiras .....	317
SEÇÃO I – Da carteira de previdência dos advogados de são paulo – Carteira dos advogados .....	317
SEÇÃO II – Da carteira de previdência das serventias notariais e de registro – Carteira das serventias .....	318
SEÇÃO III – Das demais carteiras .....	319
CAPÍTULO III – Das disposições finais .....	319
CAPÍTULO IV – Das disposições transitórias .....	321
<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 539, DE 26 DE MAIO DE 1988.....</b>	<b>321</b>
Disposições transitórias.....	326
<b>DECRETO Nº 46.655, DE 1º DE ABRIL DE 2002.....</b>	<b>326</b>
CAPÍTULO I – Da incidência .....	326
CAPÍTULO II – Da não incidência .....	327
CAPÍTULO III – Da isenção.....	328
CAPÍTULO IV – Do reconhecimento da não incidência e da isenção .....	328
CAPÍTULO V – Da sujeição passiva .....	329
SEÇÃO I – Dos contribuintes .....	329
SEÇÃO II – Dos responsáveis .....	329
CAPÍTULO VI – Da base de cálculo .....	330
CAPÍTULO VII – Da avaliação e das obrigações acessórias .....	331
CAPÍTULO VIII – Das alíquotas .....	333
CAPÍTULO IX – Do recolhimento do imposto .....	333
CAPÍTULO X – Do parcelamento.....	335
CAPÍTULO XI – Da restituição do imposto.....	335
CAPÍTULO XII – Das penalidades .....	336
CAPÍTULO XIII – Da administração tributária .....	336
CAPÍTULO XIV – Das disposições gerais e transitórias.....	337
<b>DECRETO Nº 47.589, DE 14 DE JANEIRO DE 2003.....</b>	<b>337</b>
<b>DECRETO Nº 60.489, DE 23 DE MAIO DE 2014.....</b>	<b>338</b>

<b>ATO NORMATIVO N° 680/2011-PGJ/CGMP/CPJ, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2011</b> .....	339
<b>PROVIMENTO N° 08, DE 10 DE ABRIL DE 2007</b> .....	341
<b>PROVIMENTO N° 29, DE 04 DE OUTUBRO DE 2007</b> .....	341
<b>PROVIMENTO N° 01, DE 27 DE ABRIL DE 2009</b> .....	342
<b>PROVIMENTO N° 06, DE 13 DE ABRIL DE 2009</b> .....	344
<b>PROVIMENTO N° 11, DE 02 DE JULHO DE 2010</b> .....	345
<b>PROVIMENTO N° 30, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011</b> .....	346
<b>PROVIMENTO N° 13, DE 11 DE MAIO DE 2012</b> .....	347
<b>PROVIMENTO N° 19, DE 06 DE AGOSTO DE 2012</b> .....	350
<b>PROVIMENTO N° 25, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012</b> .....	352
<b>PROVIMENTO N° 42, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012</b> .....	353
<b>PROVIMENTO N° 38, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013</b> .....	354
<b>PROVIMENTO N° 17, DE 05 DE JUNHO DE 2013</b> .....	355
<b>PROVIMENTO N° 19, DE 16 DE AGOSTO DE 2014</b> .....	358
<b>PROVIMENTO N° 67, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016</b> .....	359
<b>PROVIMENTO N° 06, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017</b> .....	359
<b>PROVIMENTO N° 46, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017</b> .....	360
<b>PROVIMENTO N° 16, DE 18 DE MAIO DE 2018</b> .....	360
<b>PROVIMENTO N° 30, DE 27 DE AGOSTO DE 2018</b> .....	362
<b>PROVIMENTO N° 07, DE 17 DE MARÇO DE 2020</b> .....	365
<b>PROVIMENTO N° 08, DE 22 DE MARÇO DE 2020</b> .....	366
<b>PROVIMENTO N° 12, DE 24 DE ABRIL DE 2020</b> .....	368
<b>REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO</b> .....	370
Disposição inicial .....	370

TÍTULO I – Organização .....	370
CAPÍTULO I – Do tribunal .....	370
SEÇÃO I – Composição.....	370
SEÇÃO II – Do tribunal pleno .....	370
SEÇÃO III – Do órgão especial .....	371
SEÇÃO IV – Do conselho superior da magistratura.....	373
SEÇÃO V – Dos órgãos de direção e de cúpula .....	374
SEÇÃO VI – Do presidente do tribunal .....	375
SEÇÃO VII – Do vice-presidente .....	378
SEÇÃO VIII – Do corregedor geral da justiça.....	378
SEÇÃO IX – Do decano .....	380
CAPÍTULO II – Das seções e órgãos fracionários .....	380
SEÇÃO I – Da estrutura.....	380
SEÇÃO II – Do funcionamento .....	383
SEÇÃO III – Dos presidentes das seções .....	385
SEÇÃO IV – Das comissões permanentes.....	385
SEÇÃO V – Dos desembargadores.....	387
SUBSEÇÃO I – Nomeação, posse, remoção e permuta.....	387
SUBSEÇÃO II – Antiguidade .....	387
SUBSEÇÃO III – Das incompatibilidades.....	388
SUBSEÇÃO IV – Licenças e afastamentos.....	388
SUBSEÇÃO V – Interrupções de exercício e compensações.....	388
SUBSEÇÃO VI – Compensação de feitos e acervo .....	389
CAPÍTULO III – Dos juízes.....	389
SEÇÃO I – Do ingresso e vitaliciamento.....	389
SEÇÃO II – Da matrícula e antiguidade.....	389
SEÇÃO III – Da promoção, remoção e permuta.....	390
SEÇÃO IV – Do reaproveitamento .....	392
SEÇÃO V – Da aposentadoria e incapacidade dos magistrados .....	392
SEÇÃO VI – Da prisão e investigação criminal contra magistrado .....	392
SEÇÃO VII – Das disposições gerais .....	393

TÍTULO II – Competência .....	393
CAPÍTULO – Regras de competência jurisdicional .....	393
SEÇÃO I – Das normas gerais .....	393
SEÇÃO II – Da prevenção .....	394
SEÇÃO III – Do juiz certo .....	394
SEÇÃO IV – Do impedimento e da suspeição .....	395
TÍTULO III – Dos atos e procedimentos internos .....	395
CAPÍTULO I – Das sessões, reuniões, audiências, pauta e ordem dos trabalhos ....	395
SEÇÃO I – Das sessões, reuniões e audiências .....	395
SEÇÃO II – Da ordem do dia e pauta de julgamento .....	396
SEÇÃO III – Da ordem dos trabalhos .....	398
SEÇÃO IV – Da sustentação oral .....	399
SEÇÃO V – Da ordem da votação .....	401
SEÇÃO VI – Do acórdão .....	401
SEÇÃO VII – Da publicidade dos atos .....	402
CAPÍTULO II – Dos feitos, respectiva apresentação no tribunal e distribuição ....	402
SEÇÃO I – Dos feitos em geral .....	402
SEÇÃO II – Da apresentação, registro e autuação .....	403
SEÇÃO III – Da distribuição e outras providências .....	404
SEÇÃO IV – Da passagem de autos e controle .....	405
TÍTULO IV – Dos incidentes, súmulas e ações .....	405
CAPÍTULO I – Dos incidentes .....	405
SEÇÃO I – Da uniformização da jurisprudência .....	405
SEÇÃO II – Do incidente de inconstitucionalidade de lei .....	408
SEÇÃO III – Da reclamação .....	408
SEÇÃO IV – Do conflito de competência .....	408
SEÇÃO V – Do desaforamento .....	409
SEÇÃO VI – Da fiança .....	409
SEÇÃO VII – Da correição parcial .....	409
SEÇÃO VIII – Da exceção da verdade .....	409

SEÇÃO IX – Dos conflitos de jurisdição, competência e atribuição .....	410
CAPÍTULO II – Das ações .....	410
SEÇÃO I – Da ação direta de inconstitucionalidade .....	410
SEÇÃO II – Dos procedimentos cautelares .....	410
SEÇÃO III – Do mandado de segurança, do mandado de injunção e do habeas data .....	410
SEÇÃO IV – Da ação rescisória .....	411
SEÇÃO V – Do dissídio coletivo por greve .....	411
SEÇÃO VI – Do habeas corpus .....	413
CAPÍTULO III – Dos recursos .....	413
SEÇÃO I – Dos recursos em geral .....	413
SEÇÃO II – Do agravo regimental .....	413
SEÇÃO III – Dos recursos para os tribunais superiores .....	414
SEÇÃO IV – Dos recursos afetados por comunicação dos tribunais superiores .....	414
CAPÍTULO IV – Das intervenções federal e estadual e dos precatórios .....	415
SEÇÃO I – Da intervenção federal .....	415
SEÇÃO II – Da intervenção em município .....	415
SEÇÃO III – Dos precatórios .....	416
TÍTULO V – Dos atos de administração, reforma do regimento, secretaria e disposições finais e transitórias .....	418
CAPÍTULO I – Dos atos de administração e da reforma do regimento .....	418
SEÇÃO I – Dos atos de administração .....	418
SEÇÃO II – Da reforma do regimento .....	418
CAPÍTULO II – Da secretaria e disposições finais e transitórias .....	419
<b>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO .....</b>	<b>421</b>
<b>DECRETO-LEI Nº 158, DE 28 DE OUTUBRO DE 1969 .....</b>	<b>421</b>
Disposição preliminar .....	422
CAPÍTULO I – Do quadro judiciário .....	422
SEÇÃO I – Da classificação das comarcas .....	422

SEÇÃO II – Dos juízes de direito .....	423
SEÇÃO III – Dos municípios que se transferem de comarca.....	423
CAPÍTULO II – Das circunscrições judiciárias.....	424
SEÇÃO I – Da divisão judiciária.....	424
SEÇÃO II – Dos juízes substitutos .....	424
SEÇÃO III – Da competência dos juízes substitutos.....	425
CAPÍTULO III – Da organização da comarca da capital.....	426
SEÇÃO I – Disposições gerais .....	426
SEÇÃO II – Das varas especializadas .....	426
SEÇÃO III – Das varas distritais .....	427
SEÇÃO IV – Dos juízes de direito substitutos da capital.....	428
SEÇÃO V – Dos juízes auxiliares.....	429
SEÇÃO VI – Dos juízes auxiliares de investidura temporária.....	431
CAPÍTULO IV – Das comarcas do interior.....	432
CAPÍTULO V – Das disposições gerais.....	434
SEÇÃO I – Das varas e cargos criados .....	434
SEÇÃO II – Das serventias de justiça .....	435
SEÇÃO III – Das disposições finais .....	438
Das disposições transitórias .....	441
<b>TABELAS DE EMOLUMENTOS</b>	
Tabela I .....	443
Notas explicativas .....	447
Tabela II .....	451
Notas explicativas .....	461
Tabela III .....	466
Notas explicativas .....	470
Tabela IV.....	473
Tabela V.....	476
Nota explicativa .....	477



Notas .....	478
SEÇÃO II – Das atribuições.....	478
SUBSEÇÃO III – Do livro nº 1 – protocolo.....	478
SUBSEÇÃO IV – Das retificações do registro.....	478
SEÇÃO VII – Dos loteamentos de imóveis urbanos e rurais .....	480
SUBSEÇÃO I – Disposições gerais.....	480
SUBSEÇÃO III – Do processo e registro .....	480
 <b>ANEXOS</b>	
<b>LEI Nº 14.016, DE 12 DE ABRIL DE 2010.....</b>	<b>481</b>
<b>DECRETO Nº 60.489, DE 23 DE MAIO DE 2014.....</b>	<b>482</b>
ANEXO ÚNICO.....	482
EMENTAS .....	483